

A relação discursiva entre pobres e ricos na articulação do sujeito aporofóbico

Marcos Roberto de Paula¹

Márcio Rogério de Oliveira Cano²

Introdução

Neste capítulo evidencia-se a relação discursiva entre riqueza e pobreza, que em uma manchete divulgada pelo portal de notícias UOL – “Material para professores do Paraná diferencia ‘mentalidade rica’ e ‘pobre’” -, bem como o material noticiado, confirmam a manifestação do sujeito discursivo aporofóbico.

- 1 Pesquisador *Stricto Sensu* do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras-MG. Integrante do Grupo de Pesquisa Leitura e Produção de Discurso (GPLPD). Professor de Língua Portuguesa e Filosofia na Educação Básica. Endereço eletrônico: marcozpaula31@gmail.com
- 2 Doutor e mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Lavras (UFLA), onde também é professor da graduação em Letras. Endereço eletrônico: mr.cano@uol.com.br

Os conceitos epistemológicos utilizados para a elaboração deste trabalho encontram-se fundamentados em concepções provenientes da Análise do Discurso, de perspectivas históricas, linguísticas e psicanalíticas.

Num primeiro momento recorre-se ao conceito lexical e à historicidade para compreender como é construída a relação entre ricos e pobres na Idade Média, em que pobreza e riqueza são estabelecidas pelo cristianismo como expressões da vontade divina. Já para o entendimento do demógrafo inglês, Thomas Malthus, a causa de se ser pobre manifesta-se pela vida descontrolada e pela falta alimentos, no entanto, mesmo que se alimentassem tais pessoas não se extinguiria a pobreza, pois os pobres têm comportamentos sexuais desregradados. Esses são alguns elementos que possibilitam compreender que riqueza e pobreza, encontram-se também numa relação semântico-discursiva que se desenvolve num processo sócio-histórico.

Na segunda parte destacam-se perspectivas que a Análise de Discurso considera para a formação do sujeito, o qual é uma categoria epistemológica que se manifesta nos discursos. A partir disso, evidencia-se que não se pode confundir a pessoa falante de uma determinada língua com a forma sujeito, produto de articulações ideológicas e discursivas, que é engendrada por fatores históricos, psicanalíticos, culturais, econômicos e sociais. Com isso, reforçam-se as teorias de que o sujeito é assujeitado.

Nesses encadeamentos conceituais apontam-se, na terceira parte, algumas concepções psicanalíticas lacanianas para recordar que o sujeito não é autocentrado em si mesmo e, muito menos, consciente, mas sim atravessado e constituído pela falta. Esta é buscada em vão pelos sujeitos, mas encontrada, no imaginário, proporcionando assim um efeito ilusório de completude. Ou seja,

o sujeito está sempre em busca de significação, a qual é alcançada pelas produções de sentido.

No entanto, as produções discursivas desembocam em efeitos de sentido e acabam materializando sujeitos, os quais podem repercutir ideias de aversão e menosprezo para com as pessoas pobres, enquanto que outros enunciados enaltecem e vangloriam pessoas ricas. Isso é evidenciado na quarta parte, em que o *corpus* da pesquisa é analisado, de modo que se destaca o emergir do sujeito aporofóbico, que sutilmente evoca pontos de vista malthusianistas, de economia da salvação e/ou do embranquecimento no Brasil. Esses elementos são desenvolvidos historicamente. Assim entende-se que a aversão à pobreza manifesta-se discursivamente, de modo naturalizado, em movimentos enunciativos como “mentalidade de rico” e “mentalidade de pobre”.

Fez-se, na quarta parte, uma esquematização para compreender os constituintes, discursivos materialistas e psicanalíticos lacanianos, que atravessam o sujeito aporofóbico.

Por fim, contudo, entende-se que o *corpus* analisado, é agenciado: às concepções da economia da salvação, que forma o valor moral da caridade; à teoria malthusiana; e às ideias do embranquecimento no Brasil. Esse conglomerado, reinscrito no *corpus*, emerge um sujeito aporofóbico.

Concepções acerca de pobres e ricos

Algumas manifestações discursivas, que buscam compreender a conjuntura social e econômica no Brasil, têm a tendência de reduzir a realidade em dois grupos antagônicos, ricos e pobres. Tal análise circunstancial, nem sempre está fundamentada em princípios

epistemológicos que conseguem abarcar as significações e os efeitos de sentido, que os termos “rico” e “pobre” produzem. Sendo que, do ponto de vista semântico pode-se inferir que ao conceito “rico” atrelam-se valores e sentidos positivos, enquanto que ao termo “pobre” agenciam-se efeitos discursivos negativos.

Como exemplo, o dicionário Houaiss (2011, p.734) determina que “pobre revela pobreza, contrário de luxuoso; pouco favorecido, [oposto de] rico; pouco produtivo, estéril, [contrário de] rico; que tem poucas posses, [oposto] de rico.” Já a palavra “rico” apresenta a seguinte definição: “quem possui muitos bens, dinheiro ou coisas de valor, [opõe-se a] pobre; farto, abundante, de muito luxo; fértil, produtivo.” (Ibid., 2011, p.826).

Pode-se inferir, com isso, que, até mesmo, no processo de formação lexical dos referidos termos, faz-se uma redução antagônica da realidade entre riqueza e pobreza, mas que, de certa forma, adequa-se a uma perspectiva capitalista ao afirmar que pobre incorpora a ideia de pouca produtividade, enquanto o rico se faz como produtivo. E isso reverbera nas produções discursivas, refletindo alguns sentidos, como é o caso dos semas que se encontra nestas palavras utilizadas na manchete que compõe o *corpus* dessa pesquisa, “Material para professores do Paraná diferencia ‘mentalidade rica e pobre’”, bem como o recorte do material noticiado, que apresenta o título “principais diferenças entre pessoas com mentalidade rica e mentalidade pobre”.

Discursos como esses transmitem ideias da naturalidade, ou seja, como se ricos e pobres já estivessem dados nas sociedades como algo natural, determinados espontaneamente, mas não elaborados por fatores e processos históricos, econômicos, sociais e culturais. Assim, ressalta-se que os discursos constroem

realidades e encontram-se num processo histórico, em que formações ideológicas e discursivas concorrem para as elaborações semânticas. Por isso, faz-se necessário recorrer a perspectivas históricas sobre os sentidos dos vocábulos pobre e rico, para o estudo aqui desenvolvido.

Na Idade Média, as pessoas pobres contavam com o assistencialismo religioso, principalmente pelas igrejas de denominação cristã. Entendia-se que o pobre, assim como o rico, era definido a partir de uma vontade divina. “Se havia pobres, então, havia Igreja – as duas vertentes se complementam. Para que esta corrente de caridade permanecesse era imprescindível convencer os ricos de contribuírem na Igreja e esta, por sua vez, orquestrava os repasses aos desafortunados.” (GUIMARÃES, 2023, p.7).

A economia da salvação (CASTEL, 1988) se estabelece a partir da premissa que Deus escolheu fazer alguns pobres e outros ricos. Isto para que através do compartilhar os ricos pudessem redimir de seus pecados (concepção errônea e anti-bíblica, mas fortemente difundida na época medieval para ratificar a obtenção da salvação por meio das esmolas). (Apud GUIMARÃES, 2023, p. 8, grifo do autor).

A partir da economia da salvação funda-se um “comércio” entre pobres e ricos, com vantagens para ambos: os ricos ganhariam a salvação, por meio da caridade, enquanto que os pobres seriam igualmente salvos, desde que aceitassem sua condição de pobreza. Vê-se que havia uma relação interdependente, em que o pobre era instrumentalizado como caminho para a salvação do rico.

(GUIMARÃES, 2023). Essas ideias sobre a pessoa pobre, como alguém que depende do rico para sobreviver – através da caridade e assim proporcionar a glória celeste ao afortunado –, alastraram-se ao longo dos tempos, chegando até a contemporaneidade. No entanto, Thomas Malthus desenvolveu teorias diferentes em relação à pessoa pobre.

O sociólogo brasileiro, Simon Shwartzman (2004), apresenta a teoria de Thomas Malthus (economista britânico, 1766-1834), que propagou ideias de que o pobre encontrava-se na situação de pobreza porque desejava, pois vivia uma vida desequilibrada, sem força de vontade e determinação para trabalhar.

Para Malthus, a causa principal da pobreza era a grande velocidade com que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. O problema se resolveria facilmente se os pobres controlassem seus impulsos sexuais e deixassem de ter tantos filhos. Minorar-lhes a miséria só agravaria o problema, pois, alimentados, eles se reproduziriam mais ainda. (SHWARTZMAN, 2004, p.14)

Esse pensamento desenvolveu-se profusamente nos séculos XIX e XX na Inglaterra, nas suas colônias, mas também em outras sociedades daquela época, e ainda hoje é possível encontrar adeptos das concepções malthusiana, como aponta Shwartzman (2004). Para, Fernanda Ferreira Carvalho (2023, p.16):

[...] as ideias de Malthus tiveram muita repercussão em seu tempo, principalmente por terem conseguido

vincular entre si dois processos de uma maneira que foi muito bem aceita pelas classes dominantes, quais sejam: a expansão da miséria e o aumento da população.

Desse modo, Thomas Malthus excluiu os fatores sociais e econômicos, desenvolvidos a partir das relações humanas numa determinada sociedade, como causa da pobreza (Ibid., 2023).

A compreensão malthusianista acerca da pobreza colidia com o valor da caridade, espalhado tanto na tradição judaico-cristã, como em outras religiões. Pode-se entender que esse embate aconteceu porque ajudar os pobres é uma ação que se construiu como virtude ao longo da história da humanidade (SHWARTZMAN, 2004).

Por conseguinte, concorda-se com Carvalho (2023, p.27) ao afirmar que “a pobreza não é uma questão de população, não tem a ver com a quantidade de filhos ou com a moral das famílias pobres, mas com um sistema em que todo trabalho coletivo de milhões de pessoas é canalizado para as mãos de poucos indivíduos”. Ou seja, o lucro, advindo do trabalho de muitas pessoas que se encontram em situação de pobreza, acaba sendo concentrado no poderio econômico de poucas pessoas ricas.

Numa outra perspectiva, há entendimentos de que a pobreza não deve ser explicada por aspectos individualistas, mas a partir das relações entre as pessoas. Ideias que estão presentes nas formas mais arraigadas do cristianismo e, na modernidade, nos movimentos políticos socialistas e comunistas. Para uns, como já exposto, a solução da pobreza se daria através de uma mudança moral, em que os ricos ajudariam os pobres e assim promoveriam a verdadeira caridade e justiça. Já para outros, o “socialismo científico” ganharia destaque e ocuparia a visão do “socialismo utópico”, ação

que seria capaz de compreender a pobreza e solucioná-la, pela luta de classes (SHWARTZMAN, 2004).

O referido sociólogo brasileiro se detém a ressaltar em seu trabalho as causas da pobreza no Brasil, que está calcada na escravidão de pessoas negras e indígenas, como também nas relações sociais desiguais em outros grupos desfavorecidos na colonização e no período republicano. Parte desse contingente de indivíduos se tornariam proletários no início século XX, com condições precárias salariais, as quais produziriam desigualdades entre ricos e pobres. (SHWARTZMAN, 2004). Assim ele afirma:

Era assim a população brasileira, ao final do século XIX: uma pequena elite branca, os remanescentes de uma economia escravocrata em decadência, e uma multidão de escravos libertos, filhos bastardos, descendentes de índios e brancos, empobrecidos, e pobres migrantes trazidos da Europa e do Japão. Viviam sobretudo no campo, muitas vezes em grandes fazendas, mas em grande parte como parceiros, produzindo, se tanto, o suficiente para a sobrevivência; mas também nas cidades como vendedores, artesãos, caixeiros, biscateiros, agregados, desempregados e mendigos ocasionais. (SHWARTZMAN, 2004, p.20).

Simon Shwartzman, ao analisar a situação brasileira dos anos 30 do século passado, recorda Oliveira Viana, o qual apresentou em uma conferência, em 1939, cinco problemas, dos quais dois são destacados aqui, que o corporativismo poderia solucionar: primeiro, transformar a mentalidade da classe patronal, de modo que pudessem sentir as suas obrigações de solidariedade e fraternidade

para com a classe operária; segundo alterar o pensamento do operariado, fazendo com que abdicasse o “espírito antipatronal” e o “sentimento de inferioridade”. No entanto, tais propostas não foram implantadas, pois outros fatores, como a guerra mundial e a composição insuficiente de trabalhadores que compunham o proletariado (VIANA, 1939, apud SHWARTZMAN, 2004).

Vale destacar que, com o fim da escravidão, aplica-se no Brasil, sobretudo, no século XX uma política de branqueamento da população, que transmitia ideias de avanço e modernização. Ou seja, ser branco atrela-se ao signo de favorecido economicamente. Isto relegou a população negra a condições de quase inexistência no cotidiano social, pois ao negro acoplam-se sentidos e situações de pobreza, que reflete semanticamente valores negativos, como se verifica neste estudo. Assim, a tentativa de expurgar parte do povo brasileiro como um problema de “atraso”, fez com que essas características também fossem impregnadas aos pobres. E, no Brasil, espaços de pobreza são ocupados majoritariamente por pessoas negras.

De acordo com Maria Aparecida Silva Bento e Iray Carone (2002, p.47) “O problema do branqueamento, abordado nas últimas décadas como problemas exclusivos do negro, nasce do medo da elite branca do final do século XIX e início do século XX, cujo objetivo é extinguir progressivamente o segmento negro brasileiro”. Ou seja, a construção de realidade entre ricos e pobres, no Brasil, é atravessada pela inviabilização existencial de negros pobres.

Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), ao analisarem o racismo e as desigualdades brasileiras, afirmam que a raça, como predicado social e historicamente organizado, persiste em funcionar como um dos critérios mais representativo da distribuição de pessoas nas camadas sociais. Ou seja, a raça se relaciona

essencialmente com os fatores de reprodução das classes sociais, pois a estratificação social manifesta-se nas posições de privilégio que pessoas brancas afortunadas financeiramente ocupam, em oposição às posições ocupadas pela grande maioria de pessoas negras, minorizadas pelas desigualdades sociais.

Essas movimentações históricas não lineares, consecutivamente, sobre como pobres e ricos eram compreendidos, colaboram para esta pesquisa, pois corroboram a tese, defendida pelos estudos desenvolvidos na Análise de Discurso, de que os discursos estão relacionados às articulações ideológicas e discursivas, que se manifestam num processo de historicidade, que, ressalta-se aqui, forma o sujeito discursivo que enxerga o pobre como uma “doença social”. O sujeito discursivo será o alvo que se busca entender na próxima parte dessa pesquisa.

Sujeito na análise do discurso

Os discursos não se autoproduzem. Como se pode observar na figura 1, há um processo que faz emergir o sujeito discursivo, que está vinculado às condições sociais, marcado por situações históricas, como é o caso das concepções da economia da salvação, que incidem na noção de caridade, as ideias malthusianas e a escravidão no Brasil. Isso se articula em enunciados constituídos pela historicidade, que produzem efeitos de sentidos, materializando assim determinado sujeito.

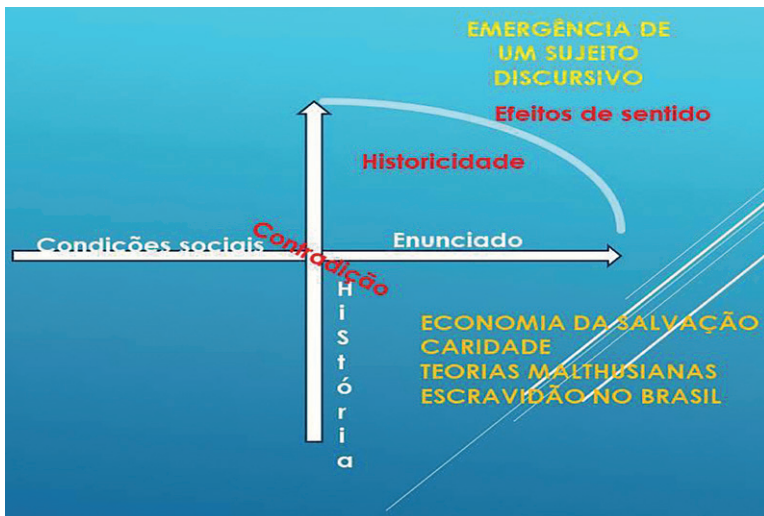


Figura 1 – Condições de produção do discurso

Fonte: Adaptado de (SALES; AMORIM, 2022).

Dessa maneira, consegue-se entender as movimentações discursivas e ideológicas, que atribuem ao pobre sentidos de fracassado e malsucedido, na atualidade. Como por exemplo, em um enunciado proferido pelo ex-ministro da economia, Paulo Guedes, numa entrevista dada à Folha de São Paulo em 2019 em que afirmou: “Os ricos capitalizam seus recursos. Os pobres consomem tudo”. Esse enunciado evoca teorias de Thomas Malthus (SHWARTZMAN, 2004), ao entender que o problema da pobreza seria desencadeado pela vida descontrolada da pessoa pobre. Assim evidencia-se que o sujeito discursivo, que odeia o pobre é articulado e alimentado por ideias que se desenvolveram ao longo de um processo histórico. Vejamos um pouco mais sobre como se constitui o sujeito.

O sujeito, em Análise de Discurso (AD), constitui-se em uma categoria epistemológica que se manifesta em discursos. Ele se distingue da pessoa empírica, que faz uso particular da língua ao apresentar uma opinião sobre um determinado assunto, porque “o ato de tomar a palavra pressupõe, nele mesmo, a margem do discurso na qual a palavra se insere, se restringe, se interdita e se torna heterogêneo ao falante.” (CARVALHO, 2008, p. 16). Assim, o sujeito não é aquele que fala o discurso, mas sim o que se manifesta nele.

Para Michel Pêcheux (2014, p.144, grifos do autor), “a ideologia recruta’ sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a *todos*”. Porém, a movimentação ideológica não deve ser entendida como ocultação da realidade, ou, simplesmente, conjuntos de ideias cujas representações se manifestariam nas palavras.

Segundo Eni Orlandi, “enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (ORLANDI, 2020, p.46). Portanto, é no ato de proferir discursos, que acontece a impressão de que o sujeito seja a origem de seu discurso, justamente por conta do apagamento que acontece da língua na história, a partir da interpelação do indivíduo em sujeito (Ibid., 2020).

Desse modo, é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo ‘de retomada do jogo’. (PÊCHEUX, 146).

A partir disso, compreende-se que, no discurso, a noção de existência corpórea do sujeito, e a concepção de que exista um expoente transcendental são descartados como elementos constitutivos da subjetividade (CARVALHO, 2008). Para a AD o sujeito, que é atravessado pela linguagem e pela história, sob a determinação do imaginário, só tem acesso à parte do que diz. Assim, ele é materialmente dividido desde sua composição, porque *é sujeito de e sujeito à*. Ele é sujeito à língua e à história, uma vez que, para se formar, para se produzir sentidos, ele é afetado por elas. Dessa forma, o sujeito é determinado, pois se não sofrer das decorrências do simbólico, isto é, se ele não se sujeitar à língua e à história ele não se institui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2020). Por isso, ainda que se apresente redundante, entende-se que o sujeito é assujeitado.

A perspectiva unitária e completa, idealizada de sujeito, deriva, no entanto, da ilusão de que o sujeito gramatical seria detentor daquilo que diz. A transparência da linguagem e do pensamento como reflexo da realidade são evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito. É, porém, com a Análise de Discurso que se consegue evidenciar as articulações ideológicas e interdiscursivas que atravessam a constituição do sujeito e as produções de sentidos imiscuídas nos discursos (ORLANDI, 2020).

De acordo com Pêcheux, os sentidos atrelados às palavras, às posições, às manifestações discursivas, não são originários em si mesmos, mas são determinados pelo jogo ideológico que se estabelece num processo sócio-histórico, em que proposições, expressões e palavras são produzidas (PÊCHEUX, 2014). Assim acontece o processo de interpelação do indivíduo em sujeito-falante, que

utiliza de discursos para se comunicar, se expressar, apresentar suas visões de mundo e as epistemologias que o atravessam.

Sabendo que o sujeito não é causa fundante de si mesmo, cabe ressaltar que há algo que antecede o seu discurso, um pré-construído que impõe o que deve e o que não deve ser dito. Esses elementos “são, na realidade, determinados materialmente e na própria estrutura do interdiscurso.” (Ibid., 2014, p.149).

Podemos precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”), que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 2014, p.150).

A perspectiva de identificação do sujeito com formações discursivas não é entendida na Análise do Discurso como uma ação espontânea e autônoma, em que o sujeito livre e conscientemente escolhe a que formações discursivas irá se identificar. Mas, defende-se que esse processo, o qual interpela o sujeito, se impõe a partir da articulação discursiva, que “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*” (PÊCHEUX, 2014, p.151, grifos do autor), e coincide com “o pré-construído que corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade” (Ibid., 2014, p.151).

O termo interdiscurso é fundamental para compreender o sujeito em Análise do Discurso, no entanto ele se apresenta um tanto que vago, de acordo com Dominique Maingueneau, o qual propõe uma tríade, que possa ajudar nas análises: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

O universo discursivo engloba numa determinada circunstância, um conjunto infinito de formações discursivas; apresenta uma extensão ampla, a partir da qual o horizonte dos campos discursivos é construído. O campo discursivo já é entendido como a confluência recíproca das formações discursivas. A isso Maingueneau denomina de “Concorrência”, em que há o confronto, como também a aliança entre discursos que têm o mesmo caráter social e discordam sobre o modo pelo qual devem ser preenchidos. Por fim, o espaço discursivo compreende o subconjunto de formações discursivas a serem analisadas. (MAINGUENEAU, 2008).

É no interior do campo discursivo que se constitui um discurso, e levantamos hipótese de que essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes. O que não significa, entretanto, que um discurso se constitua da mesma forma com todos os discursos desse campo; e isso em razão de sua evidente heterogeneidade: uma hierarquia instável opõe discursos dominantes e dominados e todos eles não se situam necessariamente no mesmo plano. (MAINGUENEAU, 2008, pp.34-35).

Nesse movimento de entender o primado do interdiscurso, espera-se estabelecer uma rede semântica, a qual seja capaz de identificar a especificidade de um discurso concorrente com os significados das relações desse discurso com seu Outro

(MAINGUENEAU, 2008). No espaço discursivo, “o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; [...]. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum [...] a figura de uma plenitude autônoma” (Ibid., 2008, p.37).

O Outro não pode ser confundido com o interlocutor no discurso, “talvez seja mais justo ver no Outro um *eu* do qual o enunciador discursivo deveria constantemente separar-se. Ele seria, então, de alguma forma, o *interdito* de um discurso.” (Ibid., 2008, p.37, grifos do autor). Assim, pode-se entender que o interdito inscreve no discurso, pelo Outro, o que não pode ser enunciado, mas essa movimentação não é evidente.

Quer dizer que esses enunciados têm um “direito” e um “avesso” indissociáveis: deve-se decifrá-los pelo lado “direito” (relacionando-os a sua própria formação discursiva), mas também por seu “avesso”, na medida em que estão voltados para a rejeição do discurso de seu Outro. (MAINGUENEAU, 2008, p.38)

Nesse sentido, compreende-se que o Outro do espaço discursivo simula a intervenção de um contíguo textual historicamente definível. Isso acontece porque se entende que o inconsciente dobra a linguagem como um avesso, mas num outro palco, e não se deixa perceber, a não ser, pelas interferências, lacunas, deslizamentos, que ele introduz na(s) cadeia(s) significante(s), em que o discurso se ajusta. Logo o discurso não surge espontaneamente do nada, mas encontra-se, num espaço discursivo antecedente, atrelado ao Outro, o qual pode ser manifestado total ou parcialmente (MAINGUENEAU, 2008).

Contudo, compreende-se que a constituição do sujeito se dá pela interpelação que a linguagem, num processo sócio-histórico, articula fatores discursivos e ideológicos, que podem ser recuperados pelo interdiscurso. Nesse sentido, o indivíduo que usa a palavra não é detentor e, muito menos, criador dela. A linguagem, desse modo, usa do indivíduo para manifestar o sujeito discursivo, que não é plenamente consciente acerca do processo de interpelação ao enunciar determinados discursos. Por isso é relevante entender os aspectos inconscientes que também compõem o sujeito, fatores que podem ser compreendidos pela psicanálise.

Sujeito – algumas perspectivas psicanalíticas

De acordo com Lacan, “se a psicanálise deve se constituir como ciência do inconsciente, convém partir que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.” (LACAN, 1985, p.193). Na retomada que Lacan faz aos estudos de Freud nota-se a abordagem do inconsciente a partir dos aspectos estruturais concedidos pela linguística, por meio dos quais se chegou à máxima “o inconsciente está elaborado conforme uma linguagem” (CARVALHO, 2008).

O sujeito é “presentificado” por uma cadeia de significantes em que o Outro comanda. “Acentuei isto da última vez, dizendo-lhes que o que o que se deve fazer, como homem ou como mulher, o ser humano tem sempre que aprender, peça por peça, do Outro.” (LACAN, 1985, p.193). A partir disso, compreende-se que, na concepção psicanalítica lacaniana, o sujeito não é autocentrado e suficiente em si mesmo, mas que está atrelado à falta, a qual produz a sexualidade no campo do sujeito (LACAN, 1985).

Duas faltas aqui se recobrem. Uma é a alçada do defeito central em torno do qual gira a dialética do advento do sujeito a seu próprio ser em relação ao Outro – pelo fato de que o sujeito depende do significante e de que o significante está primeiro no campo do Outro. Esta falta vem retomar a outra, que é a falta real, anterior, a situar o advento do vivo, quer dizer, na reprodução sexuada. A falta real é o que o vivo perde, de sua parte de vivo, ao se reproduzir na vida sexuada. Esta falta é real, porque ele se reporta a algo real que é o que o vivo, por ser sujeito ao sexo, caiu sob o golpe da morte individual. (LACAN, 1985, p. 195).

Para trazer, de forma mais contemporânea, a complexidade dessa definição, recorre-se a Eugênio Bucci (2022), que ao aprofundar sobre o modo de produção do imaginário na atualidade, formulado em moldes industriais, aponta que o sujeito, a partir da perspectiva psicanalítica, não toma consciência dos elementos inconscientes que o atravessam. Isso pode acontecer porque vivemos um “jogo de espelhos”, em que telas digitais apresentam e recobrem os caminhos de fuga e de confronto do desejo; por meio desse “jogo”, a superindústria do imaginário produz armaduras de sujeitos completos (fantasias imaginárias), que serão trajadas por sujeitos divididos (sujeitos do inconsciente), e os signos, lançados industrialmente, operam essa relação de produção dos imaginários, que incidem sobre os sujeitos (BUCCI, 2022).

A Superindústria atua em duas frentes simultaneamente: ela consegue prestar serviços tanto para o inconsciente do sujeito como para o ‘eu’. Ao mesmo tempo que entrega ao inconsciente o que o inconsciente deseja

secretamente, mantém para o 'eu' a ilusão de que presta contas somente a ele, que se sente o chefe de tudo, um senhor, uno, indiviso e hiperconsciente. A Superindústria produz seu valor a partir do sujeito dividido, mas recebe seu pagamento do sujeito que se imagina sempre no comando, livre de qualquer vazío. A Superindústria interpela o inconsciente, mas seu freguês é o 'eu'. (BUCCI, 2022, p.305).

Desse modo, o significante apresenta o sujeito na ordem do Simbólico, porque ao se constituir na linguagem os significantes depositam nele os sentidos. Portanto, a relação entre os sujeitos, a partir da linguagem, se estrutura como uma interação entre significantes, pois é “na face da linguagem em que se movem os significantes, não os significados, no Simbólico, oscilam os sujeitos divididos, barrados, incompletos” (BUCCI, 2022 p.312). O sujeito por ser incompleto, está em busca daquilo que lhe falta, “se algo lhe falta o que é isso que lhe falta? Como estamos na linguagem, a resposta agora cintila em sua obriedade: ora, o que lhe falta é significado” (Ibid., 2022, p.312).

No entanto, Bucci (2022) afirma que dizer que o que falta ao sujeito é um significado, é insuficiente. Por isso, as concepções psicanalíticas lacanianas são capazes de ajudar a aprofundar no inconsciente e entender que essa falta é formulada pelo gozo perdido. Há um tipo de motor que estimula o deslizamento – o desejo (inconsciente), que é movimentado pela pulsão de preencher o gozo primordial de que o sujeito é extraído no momento em se funda na linguagem. Os fragmentos residuais do gozo perdido (provocado pela função materna, em que não faltaria nada) marcam o desejo e o colocam em circulação. Nesse sentido, “ao sujeito, privado do gozo, só cabe formular seu desejo em demanda, nada mais, e essa

formulação só pode ter lugar na linguagem, se expressa como efeito de linguagem” (BUCCI, 2022, p.314).

A falta original é buscada em vão pelos sujeitos. A procura por significados é uma busca insaturável. Mas, será na esfera do imaginário, que o sujeito se sentirá completo, porque o objeto desejado é alcançado e pode ser consumado na linguagem, como intervenção imaginária (BUCCI, 2022).

O sujeito que “pensa” no Simbólico vai encontrar seu sentido no Imaginário. Esse sentido deve ser entendido aqui não como um sentido de existir, o sentido da vida, mas também como o sentido de um enunciado, de um discurso no qual o sujeito se inscreva, ou de uma xícara de café. Esse sentido, tenha ele o alcance que tiver, vai preencher o sujeito com uma completude imaginária. O ego (o eu) se cerca de discursos concretos plenos de significação e, por meio desses discursos, ele se representa como um significado. Esses discursos perfazem a rede do significado, que tende a aderir à rede do significante, sem jamais consumir a aderência. As duas redes se requisitam reciprocamente e se desencontram reciprocamente. (BUCCI, 2022, p.315)

Acontece que ao se localizar, ou ao se determinar, o sujeito se engana – ele não ‘é’ e, muito menos, pode “ser” o significado que afirma possuir. Nesse sentido, ele passa a dizer de si, em formulações imaginárias de sentido, o que o inconsciente conspira para negar (BUCCI, 2022).

Com isso, vale ressaltar que a linguagem constrói realidades. Os objetos, signos e conceitos são elaborados pelas articulações

que a linguagem produz, elas encobrem, como uma “capa” de linguagem material, a natureza bruta (BUCCI, 2022). Ou seja, é pela linguagem que se consegue constatar o processo de naturalização, em que aquilo que é proveniente da construção cultural, “manuseada” pela linguagem, apresenta-se como naturalmente constituído. Como é o caso da elaboração discursiva antagônica entre rico e pobre, que, como já exposto, articula-se historicamente, posicionando os sujeitos incompletos em discursos que compreendem a relação entre afortunados e desafortunados de formas diferentes. A partir disso, como se evidenciará, a seguir, tais discursos manifestam aspectos aporofóbicos.

Descrição do corpus

O *corpus*, desta pesquisa, é constituído por partes de uma notícia veiculada, no dia dez de fevereiro de dois mil e vinte e três, no site UOL, assinado por Ana Paula Bimbatí. O assunto tratado são informações e posicionamentos acerca de um material de apoio pedagógico para a disciplina de educação financeira destinada aos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, do programa de tempo integral na rede estadual de ensino do Paraná.

A notícia, cuja manchete intitula-se “material para professores do Paraná diferencia mentalidade rica e pobre”, apresenta as considerações da presidência do sindicato dos professores da rede estadual paranaense, bem como a colocação da Secretaria Estadual de Educação, sobre o referido material que diferencia, numa tabela composta de duas colunas, a mentalidade de pessoas ricas e a de pessoas pobres, como por exemplo, em uma das linhas da tabela, “mentalidade rica assume os próprios erros”, já “mentalidade pobre culpa os outros e o Governo”.

De acordo com a presidência do sindicato o material foi comprado pela pasta de Educação e revela uma violência de classe, em que crianças passariam a culpar seus pais pela situação de pobreza. Já a Secretaria de Educação afirmou que o material foi produzido por um professor e que ele não condiz com a concepção de educação financeira adotada pela pasta. Após a publicação do material e divergências sobre quem seria o responsável pela sua produção, o governo estadual o retirou do sistema. Com isso, parte-se para as análises do *corpus*, em que se resgata a movimentação psicanalítica, histórica e discursiva para compreender o sujeito aporofóbico.

Análise – o sujeito aporofóbico

Discurso 1 – Manchete da notícia

EDUCAÇÃO

Material para professores do Paraná diferencia
'mentalidade rica' e 'pobre'

Fonte: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/02/10/material-professores-parana-educacao-financeira.htm>

O discurso 1, que se localiza no campo discursivo jornalístico – pois apresenta uma “concorrência” recíproca de formações discursivas, como determina Maingueneau (2008) – aponta uma concepção idealizada e genérica, que produz sentido de “psicologização”, em que se explicam circunstâncias complexas de desigualdades sociais através de um conceito insuficiente, “mentalidade”, que atrela à pobreza e à riqueza simplificações comportamentais de atividades mentais.

Essa produção de sentido está ligada às movimentações discursivas e ideológicas presentes na dimensão do interdiscurso, essa rede semântica, em que é possível localizar a especificidade de discursos que concorrem entre si, para compor um enunciado (MAINGUENEAU, 2008). Tal rede semântica, presente no discurso 1, pode evocar perspectivas: da concepção cristã de caridade, que determinava que a relação entre ricos e pobres fosse preestabelecido pela vontade divina, do Deus cristão; das teorias malthusianas, que viam no pobre o problema da pobreza; bem como, a política do embranquecimento no Brasil, que atrelou aos imaginários de pobreza as pessoas negras, que na sua maioria constitui grupos economicamente desfavorecidos, denotando com isso valores semânticos negativos, já aos imaginários acerca da riqueza vinculou-se a pessoas brancas e afortunadas.

Por isso, acredita-se que, por meio da sutil e articulada manipulação das palavras, para composição sintática do discurso 1, há manifestações de um sujeito aporofóbico.

Entende-se por aporofobia toda e qualquer manifestação que apresente desprezo, aversão, rejeição, temor para com pessoas em situação pobreza, as quais, no capitalismo, são entendidas como aquelas que, aparentemente, não têm nada a oferecer para uma sociedade que estabelece suas relações calcadas no dinheiro (CORTINA, 2020).

É o pobre, aporos, que incomoda, inclusive o da própria família, porque se considera o parente pobre como uma vergonha que convém deixar de lado, ao passo que é um prazer ter o parente triunfante, bem situado no mundo acadêmico, político, artístico ou no dos negócios. É a fobia do pobre o que leva à rejeição às pessoas, raças e

etnias que habitualmente não têm recursos e, portanto, não podem oferecer nada ou parecem não poder fazê-lo (CORTINA, 2020, p.26).

Desse modo, o pensamento de Adela Cortina corrobora a ideia de que a realidade é construída pela linguagem. Essa conjuntura apresenta o agenciamento de discursos que entendem pobres e ricos, em perspectivas antagônicas. Isso remete ao processo sócio-histórico que se apontou no início deste trabalho, pois pelo enunciado, “material para professores do Paraná diferencia mentalidade rica e pobre”, pode-se também evocar o interdiscurso manifestado nas palavras de Oliveira Viana (1939, apud SHWARTZMAN, 2004), que entendia que pobres e ricos se davam num aspecto de mentalidade.

A articulação discursiva, presente no discurso 1, manifesta um sujeito aporofóbico, pois há a contradição e o apagamento das desigualdades sociais, em que pessoas bilionárias, por exemplo, viram suas fortunas “crescer mais durante a pandemia da Covid-19 do que nos últimos quatorze anos” (OXFAM, 2022, p.10). Assim, acredita-se que proferir uma manchete com tal título naturaliza-se ideias, como as visões sobre riqueza e pobreza manifestadas pelas igrejas de denominações cristãs. A contradição e o apagamento são constitutivos para que haja sentidos e sujeitos, porque “[...] os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo” (ORLANDI, 2020, p.3).

Dessa maneira, entende-se que o sujeito aporofóbico é formado a partir de um processo sócio-histórico. Em que as ideologias e as formações discursivas se articulam para elaborá-lo. Ele é atravessado pelo pré-construído, que determina o que deve ser dito e não dito. Pois, como foi apontado acima por Eni Orlando (2020) o sujeito, perpassado pela linguagem e pela história, tem acesso

apenas a alguns elementos daquilo que diz, porque a determinação feita pelo imaginário, pela história e pela linguagem trabalha para a imposição do que o sujeito enunciará.

Assim, o sujeito aporofóbico, manifestado na manchete, apresenta ideologias que supervalorizam atitudes e comportamentos de pessoas afortunadas, e em contrapartida, despreza aquilo que se relaciona aos desafortunados. Tal sutileza discursiva presente nesse sujeito acaba disseminando sentidos de fobia e aversão ao pobre. Vê-se agora o discurso 2.

Discurso 2 – Material noticiado

Principais diferenças entre pessoas de mentalidade **RICA** e mentalidade **POBRE**

Mentalidade RICA	Mentalidade POBRE
Assume os próprios erros	Culpa os outros e o Governo
Vê as adversidades como aprendizado	Vê as adversidades como insuperáveis
Tem ânsia de aprender	Acha que já sabe tudo
Fala de patrimônio e negócios	Fala de itens supérfluos
Planeja o futuro	Não planeja o futuro
Sente-se merecedor do dinheiro	Não se sente merecedor do dinheiro
Sonha, planeja e realiza	Apenas sonha
Foca nas oportunidades	Foca nas adversidades
Admira pessoas de sucesso	Despreza pessoas bem-sucedidas
Faz o dinheiro trabalhar	Trabalha pelo dinheiro

Paraná Integral

Integral mais

6º Ano - EFTI

Texto consta em material de apoio da disciplina de educação financeira

Fonte: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/02/10/material-professores-parana-educacao-financeira.htm>

Nesse material noticiado é possível evidenciar com maior clareza a manifestação do sujeito aporofóbico, que enaltece a “mentalidade de pessoa rica” e condena a “mentalidade de pessoa pobre”. Aqui a construção de realidade se dá de forma dualista, “bem” e “mal”, “certo” e “errado”, “positivo” e “negativo”, “rico” e “pobre”, “sucesso” e “fracasso”. Tais dicotomias desembocam na individualização e moralização de circunstâncias sociais, que, manifestadas no cotidiano, são mais complexas.

Nota-se que, ao imaginário da pessoa com mentalidade rica, associam-se, no discurso 2, verbos de ação – “assume”, “vê”, “fala”, “sonha”, “planeja”, “realiza”, “admira” – , que transmitem ideias de comportamentos “bons”, com prestígio social na atualidade. Já ao imaginário da pessoa com mentalidade pobre recebe expressões – “culpa”, “não planeja”, “não se sente merecedor”, “despreza” – que denotam valores atitudinais “ruins”. Assim, esses vocábulos apresentam-se como signos articulados industrialmente, que agem na produtividade dos imaginários (BUCCI, 2022).

O discurso, em questão, também retoma ideias presentes nas perspectivas interdiscursivas malthusianas, que endossavam a falta de vontade do pobre para mudar sua situação de pobreza. Além disso, destaca-se que a palavra “rica”, no título da tabela, está marcada com a cor azul e a palavra pobre escrita em vermelho. Esses destaques remetem ao interdiscurso que reproduz o imaginário de “pessoas de sangue azul”, enquanto que a cor vermelha, no ambiente escolar é usada para apontar os erros cometidos em avaliações, por exemplo. Essas movimentações ideológicas e discursivas, aqui, também colaboram para a constituição do sujeito aporofóbico, que manifesta entendimento de que o pobre, na sociedade é o “errado”, esta moralização produz sentidos de que a pessoa pobre seria uma “doença social” causada pelos pobres. E de doença tem-se medo, aversão, desprezo. Veja como tais articulações repercutem a aporofobia.

A palavra “mentalidade”, aqui, reflete ideias que culpabilizam a pessoa pobre pela situação de pobreza em que se encontra, porque ela “despreza pessoas bem-sucedidas”; ao passo que, em oposição, os enunciados vangloriam a pessoa rica, que também individualizada, apresenta-se como alguém que alcançou o sucesso, exclusivamente por si mesma, pois ela “admira pessoas de sucesso”. Essas ideias, que

foram formuladas por um processo histórico, favorecem a construção do efeito de sentido materializado no sujeito aporofóbico, que é descentrado de si mesmo. Ou seja, ele não é causa suficiente de si mesmo e nem para si (LACAN, 1985).

A aversão manifestada para com os pobres pode levar à aquilo que Cortina (2020) associa à vitória do carrasco que consegue fazer com que a vítima passe a desprezar a si mesma, após tanto experimentar o desprezo alheio. Aqui, chega-se a mais um ponto crucial, em que o sujeito aporofóbico presente nesse discurso pode causar no(a) leitor(a), que eram crianças do 6º ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do estado paranaense. Tais leitores não conseguem dimensionar ou até mesmo criticar o mencionado discurso, porque, por pertencer ao material didático, configura-se de modo persuasivo e, conseqüentemente, ser aceito como uma “verdade”. Assim, sabendo que existem crianças que estão em condições de pobreza na rede de ensino estadual, elas podem passar a desprezar a si mesmas ou a culpar seus pais e/ou responsáveis pela situação social em que se encontram.

Constata-se, portanto, uma estranheza ao saber que tal discurso se manifestou como um material de apoio pedagógico, ou seja, um método de ensino que se reveste da “capa de linguagem” como educação financeira, mas, como se pode analisar, conduz a práticas discursivas aporofóbicas. Assim, sabendo que o sujeito aprende do Outro, que é o significante, a aporofobia é uma manifestação de ódio aprendida pelo sujeito aporofóbico para preencher a falta que o constitui, essa falta é “completada” na linguagem, através do imaginário (BUCCI, 2022). E os imaginários, riqueza e pobreza, encontram-se articulados e em manutenção para a formação do sujeito aporofóbico.

Sintetizando as discussões

A figura abaixo pretende resumir as manobras e elementos que se articulam como fatores, apontados anteriormente, para a formação do sujeito aporofóbico, tratado aqui, em duas perspectivas – analítica discursiva e psicanalítica lacaniana.

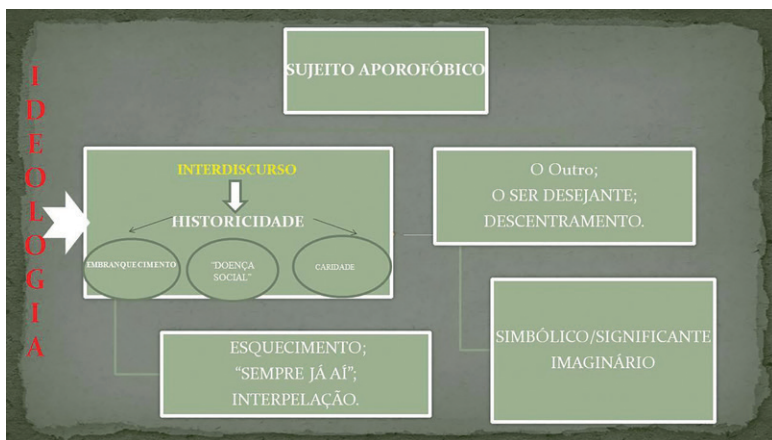


Figura 2 – Constituintes do Sujeito Aporofóbico

A primeira análise apontou para os atravessamentos analítico-discursivos, em que se resgatou, pelo interdiscurso, a historicidade de elementos que agenciam: a noção de caridade desenvolvida pela ideia de caridade, elaborada na economia da salvação, recorrente nas concepções advindas da religião cristã; como também as teorias malthusianas, que relegam ao pobre o problema da pobreza, fazendo com que os desafortunados carreguem sentidos de “doença social”; e, por fim, na conjuntura brasileira, a historicidade do embranquecimento contribui para a formação do imaginário da pessoa negra sendo atrelada ao signo de pobre.

Assim, a historicidade, movimentada pela ideologia e constituinte do sujeito aporofóbico, está ligada aos esquecimentos, ao “sempre-já-ai” e à interpelação. Essas noções, formadas por processos sócio-históricos determinam o que o sujeito deve ou não dizer, reinscrevendo no discurso do sujeito aquilo que já foi dito em outros momentos (PÊCHEUX, 2014).

A segunda análise recorreu à dimensão psicanalítica, em que o sujeito, descentrado de si mesmo, é atravessado pelo inconsciente. Ele aprende do Outro, que é o significante, aquilo que lhe se mostra faltante na sua elaboração. Por isso, entende-se que o sujeito é um ser desejanste que consegue, no imaginário, ilusoriamente, se completar. No entanto, ao se determinar, o sujeito se engana, porque não consegue ficar “solidificado” naquilo que se diz de si mesmo, o inconsciente age para negar (BUCCI, 2022).

Nesse sentido o sujeito aporofóbico é atravessado por aquilo que o Outro determina a ele o que deve compor sua significação. Tal significação está atrelada aos valores agenciados aos imaginários de pessoas ricas e pobres. No entanto, esses imaginários, ao propor uma falsa completude, são negados pelas forças do inconsciente, que sempre vão recorrer à pulsão de preencher o gozo primordial (Ibid., 2022).

Estes elementos, supervalorizados pela lógica capitalista, proporcionam manifestações discursivas que engrandecem os abastados economicamente, como se a eles fossem atribuídos valores de maior dignidade humana por serem e se comportarem como determinam os imaginários e componentes discursivos e ideológicos, que se atrelam aos afortunados.

Inversamente a isso, aos pobres relacionam-se elementos de fracasso, insucesso, que podem proporcionar efeitos de sentido de

que eles possuem menos dignidade humana. Com isso, o sujeito aporofóbico, manifesta concepções discursivas que expressam ideias de que, somente, é possível solucionar as desigualdades sociais, que geram a pobreza, através da aversão às pessoas pobres, moralizando individualmente seus modos de se organizarem e culpando-as pela situação socioeconômica em que estão.

Considerações finais

Os estudos empreendidos neste trabalho conseguiu compreender como se constitui o sujeito aporofóbico, o qual é atravessado pela linguagem, que se articula como ideologias, dentro de um processo sócio-histórico, produzindo assim imaginários que ilusoriamente preenchem os sentidos do sujeito desejante.

Assim, foi possível entender os elementos e “forças” que estão engendrados no *corpus* desta pesquisa, que produz efeitos de sentido de aversão e ódio para com as pessoas pobres. Mas vale recordar que não se pode confundir o sujeito discursivo com a pessoa empírica, que faz uso da linguagem, e sim que devemos pensar em produções discursivas que favoreçam o amadurecimento das relações interpessoais, intermediadas pelos discursos, de modo que todas as pessoas sejam tratadas a partir da dignidade humana e não pelos valores construídos pelos imaginários, que enaltecem os ricos e desprezam os pobres.

Além disso, vemos como positiva a atitude, da Secretaria de Educação do Paraná, de retirar o discurso 2 do material didático-pedagógico da disciplina de educação financeira. No entanto, isso não é suficiente para desfazer o que foi apreendido pelos estudantes. Por isso, propomos que nossos estudos sejam apresentados

para formação de docentes, para que se possa também aprender como os discursos aporofóbicos se manifestam, e com isso coibir, nos espaços de aprendizagens, formações discursivas e ideológicas que disseminam aversão e ódio às pessoas pobres.

Referências bibliográficas

- BUCCI, E. *A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível*. São Paulo: Autêntica, 2022.
- BENTO, M. A. S.; CARONE, I; (Orgs.). *Psicologia social do racismo. estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARVALHO, F. *Estruturas opressoras, povos famintos: a colonialidade e a violação ao direito humano à alimentação*. 2018. Dissertação (Mestrado – Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10825/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Fernanda%20Ferreira%20Carvalho%20-%202018.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- CARVALHO, F. Z. F. *O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan*. 2008. Tese (Doutorado – Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ARCO-7F2RJQ>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- CORTINA, A. *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*. Tradução de Daniel Fabre. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- GUIMARÃES, V. O. S. *Construção Histórico-Social da Pobreza: Desnaturalização da Percepção das Desigualdades Sociais*. Disponível em: https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2015/08/artigos/historico_social_pobreza.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2023.

- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar do negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss Conciso*. São Paulo: Moderna, 2011.
- LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. 2. São Paulo: Parábola, 2021.
- MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.
- ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.
- OXFAM. *A Desigualdade mata: a incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19, janeiro de 2022*. Relatório. Disponível em: https://ijf.org.br/wp-content/uploads/2022/01/A-Desigualdade-Mata_Relatorio-Oxfam-2022.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014.
- SCHWARTZMAN, S. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.